Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

III – ACÓRDÃO

Processo	-	TC/008156/2017 (Apensados: TC/005863/2016, TC/007414/2016, TC/002340/2017, TC/002341/2017, TC/002342/2017 e TC/002343/2017)
Interessada	-	São Paulo Turismo S.A. – SPTuris
Objeto	-	Balanço referente ao exercício 2016

3.208ª Sessão Extraordinária

BALANÇO. EXERCÍCIO 2016. SPTURIS. 1. Empresa de capital aberto, tendo como acionista majoritário a PMSP, que detém 97,3% das ações ordinárias. Lei 6.404/76. 2. O Balanço Patrimonial apresentou um ativo total de R$ 266,6 milhões. 3. As contas do exercício de 2016 foram apresentadas intempestivamente para julgamento. 4. O orçamento de investimentos fixado para a Companhia foi de R$ 321.000.000,00. 5. As receitas com o Carnaval 2015/16 e GP Brasil Fórmula I, geraram entradas no montante de R$ 73,4 milhões, representando 33,5% do total, com queda nas receitas do Carnaval e do Pavilhão. 6. As saídas de recursos totalizaram R$ 261,6 milhões, gerando resultado negativo de R$ 68,4 milhões. 7. As despesas com pessoal atingiram o valor de R$ 73,2 milhões e correspondem a 31,0% do total. 8. Destacam-se a queda de 99,0% nos investimentos, a queda de 29,9% nos gastos com o Carnaval e o aumento de 28,2% nos gastos com o GP de Fórmula I. 9. A situação financeira da Empresa, como reforçam os indicadores econômicos, vem se degradando ao longo dos últimos exercícios. 10. Implantado Plano de Demissão Voluntária. APROVADO. DETERMINAÇÕES. Reiteradas as DETERMINAÇÕES de exercícios anteriores. ALERTA. 1. Adote os procedimentos e controles à elaboração de demonstrativos adequados da posição financeira e patrimonial da entidade. Votação unânime.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do exame das Contas da São Paulo Turismo S.A. – SPTuris, referentes ao exercício de 2016, dos quais é Relator o Conselheiro DOMINGOS DISSEI.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, consubstanciado nas manifestações favoráveis da Procuradoria da Fazenda Municipal, às fls. 314/332 e, posteriormente, às fls. 337/338, e da Secretaria Geral, às fls.339/347, no sentido de que as infringências apontadas são de ordem acessória, dizendo respeito ao descumprimento de

formalidades e não à essência dos atos que são objeto da prestação de contas, em julgar regulares as Contas da São Paulo Turismo S.A. – SPTuris, relativas ao exercício 2016, ressalvados os atos não apreciados e/ou pendentes de julgamento, sendo que o Conselheiro ROBERTO BRAGUIM, consoante declaração de voto apresentada, consignou o caráter excepcional da regularidade.

ACORDAM, ainda, à unanimidade, em acolher as infringências apontadas pela Auditoria relacionadas no item 8.1 e as propostas de determinações identificadas no item 8.2 do RAF/2016 (fls. 136/138).

ACORDAM, à unanimidade, em reiterar as determinações de exercícios anteriores que se encontram pendentes de atendimento, relacionadas no item 9 do Relatório Anual de Fiscalização – RAF/2016, às fls.138/148.

ACORDAM, à unanimidade, em alertar a SPTuris quanto à necessidade de que sejam adotados procedimentos e controles que permitam a elaboração de demonstrativos que representem adequadamente a posição financeira e patrimonial da entidade, conferindo confiabilidade às informações neles apresentadas.

ACORDAM, afinal, à unanimidade, em determinar o envio de cópia deste julgado ao Diretor-Presidente da empresa, à época e atual, ao titular da Pasta da Secretaria Municipal de Turismo, ao Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta da Prefeitura Municipal de São Paulo e ao Controlador Geral do Município, para ciência do julgado e das determinações exaradas.

Presente o Procurador-Chefe da Fazenda Substituto CARLOS JOSÉ GALVÃO.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 23 de março de 2022.

JOÃO ANTONIO – Presidente
DOMINGOS DISSEI – Relator
MAURÍCIO FARIA – Revisor
EDUARDO TUMA – Conselheiro
ROBERTO BRAGUIM – Conselheiro

/lsr

Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

I – RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO DOMINGOS DISSEI – RELATOR

Processo:	**TC/008156/2017**[1]
Interessada:	São Paulo Turismo S.A. – SPTuris
Objeto:	Contas do exercício 2016
Responsável:	Alcino Reis Rocha - Diretor Presidente e Ítalo Cardoso Araújo – Vice-Presidente
Relator:	Conselheiro DOMINGOS DISSEI
Revisor:	Conselheiro MAURÍCIO FARIA
Gestão:	Prefeito FERNANDO HADDAD

RELATÓRIO

INTRODUÇÃO

Trata o presente da apreciação das contas da São Paulo Turismo S/A. – SPTuris, relativo ao exercício financeiro de 2016.

A São Paulo Turismo S.A é uma empresa de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo, que detém 97,3% das ações ordinárias.

É regida pela Lei Federal nº 6.404, de 15.12.76, e atende à legislação municipal pertinente às entidades da Administração Indireta. Está sujeita, ainda, às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A empresa tem como objeto social a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer. São atividades da Empresa:

- Locação de Espaços, do Complexo Anhembi e Autódromo de Interlagos, Feiras de negócios e shows,

- Planejamento e fornecimento de Infraestrutura à PMSP para realização dos diversos eventos que integram o calendário da Cidade de São Paulo, e

- Planejamento e Execução de Programas de Incentivo ao Turismo e à atração de turistas a Cidade de São Paulo.

O Anhembi Parque é composto por três grandes áreas para locação: o Pavilhão das

[1] Processos apensados: TC/002340/2017, TC/002341/2017, TC/002342/2017, TC/002343/2017, TC/005863/2016, TC/007414/2016 e 1 Relatório de Gestão 2013-2016.

Exposições, o Palácio das Convenções (Auditório Celso Furtado e Auditório Elis Regina) e o Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – "Sambódromo" (Passarela Adoniran Barbosa – Nova Arena).

No Autódromo de Interlagos (Autódromo José Carlos Pace), administrado pela SPTuris desde 2005, por meio do Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito da Prefeitura do Município de São Paulo, acontecem os diversos eventos automobilísticos como o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 da América do Sul e o Kartódromo Ayrton Senna.

A São Paulo Turismo S.A., por meio de sua Diretoria de Turismo, é responsável pela elaboração e execução das políticas públicas de turismo da cidade de São Paulo, conforme determina o Decreto Municipal nº 46.649/05, que regulamentou a Lei nº 11.198/92. Essas políticas são avalizadas pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, composto por representantes dos setores públicos e privado, além da sociedade civil.

As demonstrações contábeis foram auditadas pela empresa Berkan Auditores Independentes S.S., a qual emitiu seu parecer atestando que as mesmas apresentavam em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPTuris em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ademais, enfatizou que a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R$ 68.432 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 16.042 apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Indicando, a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A administração da companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, o que possui estreita correlação com controle interno, cuja eficácia permite a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

O órgão de Auditoria Interna da SPTuris foi instituído pelo ATO DPR nº 011/2009, e renomeado para Gerência de Auditoria, por meio do ATO DPR nº 037/2015, mantidas inalteradas as competências listadas no ato de criação.

De acordo com o Estatuto Social, a Empresa é formada com 10 (dez) membros eleitos por 2 (dois) anos para o Conselho de Administração e 5 (cinco) membros e respectivos suplentes para o Conselho Fiscal, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

O Conselho Fiscal e de Administração analisaram e aprovaram as demonstrações contábeis referente a 2016, tendo sido aprovada, também, por unanimidade pelos acionistas.

De acordo com o observado nas "Notas Explicativas" das Demonstrações Contábeis, a empresa contava com 3.546 acionistas em 31/12/2016. O Capital Social estava integralizado com a quantidade de 5.178.719 ações (ordinárias e preferenciais). Conforme indicado pela BOVESPA, as ações preferenciais "A" estavam cotadas em R$ 20,01 e as preferenciais "B" em R$ 10,00. Para as ações ordinárias o último preço cotado era R$ 15,00.

Em 30/06/2017, a empresa mantinha os 3.546 acionistas, tendo integralizado ao Capital Social o total de 5.178.719 ações (ordinárias e presenciais). O último preço cotado em negociação pela Bovespa era R$ 91,00 para as ações ordinárias, R$ 85,00 para as ações preferenciais "A" e R$ 85,00 para as ações presenciais "B".

Ainda, constam das "Notas Explicativas" que, em janeiro de 2015, a Empresa lançou CHAMAMENTO PÚBLICO para receber projetos de empresas interessadas em construir o novo espaço "Arena Indoor" nas dependências do Anhembi. Como caraterísticas, destacam-se o terreno com 21 mil m² localizado no Sambódromo, a capacidade para 20 mil pessoas e a infraestrutura interna para múltiplas configurações de uso com padrão internacional.

Em 19/05/2015, divulgou o CHAMAMENTO PÚBLICO nº 002/2015, com base no Decreto Municipal nº 51.397/2010, visando cadastrar e qualificar interessados em realizar os estudos técnicos e de estruturação de modelagem de projeto de viabilidade para a revitalização, modernização e gestão do empreendimento denominado NOVO ANHEMBI.

A Prefeitura do Município de São Paulo, pela Secretaria de Desestatização e Parcerias divulgou a licitação – Pregão Eletrônico nº 009/SMDP/2017, para realização em 26/09/2017, a contratação de serviços de avaliação econômica-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Município, correspondentes à totalidade das ações representativas do capital social da São Paulo Turismo S/A.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

As contas da SPTuris relativas ao exercício de 2016 foram apresentadas intempestivamente para julgamento, tendo sido remetidas a esta Corte em 11.08.2017, mais de 07 (sete) meses após o término do exercício financeiro de 2016, contrariando o que dispões o artigo 742 do Regimento Interno deste Tribunal.

Ainda, houve atraso na publicação das Demonstrações Financeiras da SPTuris relativos ao exercício de 2016, tendo sido publicadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo – Empresarial" em 02.08.17.

As demonstrações financeiras da SPTuris foram apreciadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa, os quais recomendaram sua aprovação.

A Assembleia Geral que deliberou sobre o conteúdo das demonstrações financeiras ocorreu fora do período regulamentar, em infringência ao artigo 132, inciso I, da Lei Federal nº 6.404/76.

GESTÃO FINANCEIRA

Este item do relatório cujo objeto foi avaliar a gestão financeira, fluxo de caixa e a tempestividade dos pagamentos, sintetiza algumas informações e reproduz alguns dos dados, consideramos mais relevantes, produzidos pela auditoria, constantes do TC nº 72.002.343/17-

20.

De acordo com a Lei Municipal nº 16.334/2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA), vigente para o exercício de 2016, o Orçamento de Investimentos fixado para a Companhia foi de R$ 321.527.000,00, tendo sido realizado 68,27% sobre o orçado. Para o Fundo Municipal de Turismo foi orçado R$ 1.000,00 para Projetos de fomento ao turismo.

Segundo a auditoria no documento "Disponibilidades Diárias" a composição dos valores alocáveis, em 31.12.2016, totalizava R$ 14.197.486,48, incluídos os recursos em caixa da tesouraria, troco do estacionamento, contas correntes e aplicações.

Os recursos originaram-se, em sua maior parte, dos contratos de prestação de serviços mantidos com a PMSP, que representam 65,7% do total.

O ingresso de recursos ficou 23,9% abaixo do estabelecido no Compromisso de Desempenho Institucional em decorrência, principalmente, do não recebimento das transferências federais e da redução das receitas decorrentes de contratos com clientes.

A São Paulo Turismo S.A. possuía, em 31.12.2016, um saldo a receber de aproximadamente R$ 30,3 milhões, sendo R$ 19,9 vencidos até 31.12.2016 e o montante de R$ 10,5 milhões com vencimento até 2018.

Continuavam pendentes de recebimento, em junho/17, créditos junto à Administração Municipal Direta e Indireta, no valor de R$ 2,7 milhões, relativos a serviços prestados nos exercícios de 2010 a 2016.

De acordo com os técnicos os maiores débitos pendentes de clientes externos decorrem, principalmente, de processos de cancelamento de eventos futuros e de outros débitos que são objeto de cobrança judicial. Tais valores, que somavam R$ 11.171.168,52 e estão passando por processo de revisão para apropriação da real situação de cada pendência.

Os fluxos de caixa dos exercícios de 2015 e 2016 estão a seguir demonstrados:

RUBRICA	2015	2016	Var. 15-16	Part. %
SALDO INICIAL	**37.465.900,00**	**31.149.920,45**	-16,9%	
ENTRADAS	**243.802.892,32**	**219.501.941,43**	**-10,0%**	**100,0%**
ENTRADAS PMSP	**145.867.043,77**	**144.216.335,38**	**-1,1%**	**65,7%**
CARNAVAL 2016/2017	46.957.171,41	28.010.803,71	-40,3%	12,8%
GP BRASIL FÓRMULA I)	43.930.328,86	45.400.909,76	3,3%	20,7%
EVENTOS DIVERSOS	51.765.126,95	68.147.702,84	31,6%	31,0%
OUTROS	3.214.416,55	2.656.919,07	-17,3%	1,2%
ENTRADAS PRIVADAS	**92.631.381,75**	**63.227.279,50**	**-31,7%**	**28,8%**
PAVILHÃO	40.629.777,64	24.087.292,77	-40,7%	11,0%
PALÁCIO	10.072.706,71	9.239.261,61	-8,3%	4,2%
ESTACIONAMENTO	12.341.437,62	9.349.093,39	-24,2%	4,3%
POLO CULTURAL	6.298.997,84	3.526.571,60	-44,0%	1,6%
AUTÓDROMO DE INTERLAGOS	4.146.211,48	5.273.899,38	27,2%	2,4%
OUTROS	19.142.250,46	11.751.160,75	-38,6%	5,4%
CONVÊNIOS (Modernização do Complexo)	**886.600,00**	**4.455.240,17**	**402,5%**	**2,0%**
OUTRAS	**4.417.866,80**	**7.603.086,38**	**72,1%**	**3,5%**
RECEITAS FINANCEIRAS	4.417.866,80	1.603.086,38	-63,7%	0,7%
APORTE DE CAPITAL	0,00	6.000.000,00		2,7%
SAÍDAS	**250.118.871,87**	**236.454.376,41**	**-5,5%**	**100,0%**
SAÍDAS COM PESSOAL	**72.637.583,48**	**73.219.149,62**	**0,8%**	**31,0%**
SAÍDAS DIVERSAS	**146.221.763,23**	**138.060.762,54**	**-5,6%**	**58,4%**
CARNAVAL	45.480.782,88	31.895.518,80	-29,9%	13,5%
GP BRASIL FÓRMULA I	26.105.413,16	33.473.156,09	28,2%	14,2%
FORNECEDORES SPTURIS	24.550.800,36	20.223.086,96	-17,6%	8,6%
EVENTOS DIVERSOS	40.006.358,12	42.965.565,93	7,4%	18,2%
AUTODROMO DE INTERLAGOS	5.375.820,19	4.358.411,46	-18,9%	1,8%
OUTRAS	4.702.588,52	5.145.023,30	9,4%	2,2%
SAÍDAS COM SERVIÇOS PÚBLICOS	**8.058.204,56**	**7.263.615,36**	**-9,9%**	**3,1%**
SAÍDAS COM TRIBUTOS	**20.243.708,58**	**17.880.089,89**	**-11,7%**	**7,6%**
INVESTIMENTOS	**2.957.612,02**	**30.759,00**	**-99,0%**	**0,0%**
(=) SALDO ACUMULADO	**31.149.920,45**	**14.197.485,47**	**-54,4%**	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**-6.315.979,55**	**-16.952.434,98**	**168,4%**	

Fonte: Fluxos de Caixa 2015 e 2016 – Relatórios gerenciais - CD anexo à contracapa.

O saldo do fluxo de caixa ao final de 2016 foi de R$ 14.197.485,47 e resultou na diminuição líquida de caixa no valor de R$16.952.434,98.

a) **Entradas** - Os ingressos financeiros na empresa, durante o exercício de 2016, somaram R$ 219.501.941,43, montante 10,0% inferior em relação ao ano de 2015, de R$ 243.802.892,32.

A maior parte dos recursos originou-se dos contratos de prestação de serviços mantidos com a PMSP, responsáveis por 65,7% do total de entradas, no montante de R$ 144.216.335,38.

As receitas com o Carnaval 2015/16 e GP Brasil Fórmula 1 geraram entradas no montante de R$ 73.411.713 representando 33,5% do total.

As entradas oriundas do setor privado foram de R$ 63.227.279,50, representando 28,8%

do total.

As receitas com o Pavilhão de Exposições somaram R$ 24.087.292,77, representando 11,0% do total.

Em relação a 2015, destacam-se a queda nas receitas do Carnaval (R$ - 18.946.367,70, -40,3%) e do Pavilhão (R$ - 16.542.484,87, -40,7%).

Segundo a explicação da SPTuris, a queda nas receitas com o Carnaval foi o cronograma financeiro da PMSP, tendo em vista que os desembolsos podem ter sido feitos no ano anterior.

Quanto à queda nas receitas do Pavilhão, a SPTuris informou que decorrem dos cancelamentos dos grandes eventos para 2016 e anos seguintes. Os cancelamentos ocorreram em virtude da falta de investimentos, expectativa de privatização e perda de clientes para a concorrência, segundo informado pela Controladoria da SPTuris.

A empresa informou ainda que a taxa de ocupação, que foi de 62% em 2014 e 58% em 2015, caiu para 46% em 2016.

Ainda em 2016, houve ingressos a título de "Adiantamento para futuro aumento de capital" no valor de R$ 6.001.000,00.

b) Saídas

As saídas de recursos durante o exercício de 2016 totalizaram R$ 236.454.376,41. Embora tenha havido redução de 5,5% em relação a 2015, as saídas de 2016 ficaram 7,7% acima das entradas, cujo montante foi de R$ 219.501.941,43.

As "saídas diversas", que contemplam Carnaval, GP Brasil Fórmula 1, eventos diversos PMSP, fornecedores SPTuris e outras, totalizaram um montante de R$ 138.060.762,54, representando 58,4% do total.

As despesas com pessoal atingiram o valor de R$ 73.219.149,62 e correspondem a 31,0% do total, representando aumento de 0,8% em relação ao exercício anterior.

Em relação ao ano de 2015, destacam-se a queda de 99,0% nos investimentos, a queda de 29,9% nos gastos com o Carnaval e o aumento de 28,2% nos gastos com o GP de Fórmula I.

No tocante à ordem cronológica dos pagamentos de bens e serviços, a Auditoria consignou a ocorrência de pagamentos não justificados pela Origem com quebra de ordem cronológica de vencimento durante o exercício de 2016.

GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações contábeis de divulgação periódica e obrigatória por parte das sociedades anônimas, como determina o Art. 176, inciso I, da Lei nº 6.404/76.

A seguir reproduzimos o Balanço Patrimonial da SPTuris de 31.12.2016:

Balanço Patrimonial (em reais)

Ativo	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)	Passivo	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
Circulante	**R$ 29.129.000,00**	**R$ 58.204.000,00**	**Circulante**	**R$ 45.171.000,00**	**R$ 64.721.000,00**
Caixa e equivalente caixa	R$ 14.265.000,00	R$ 31.150.000,00	Fornecedores	R$ 9.603.000,00	R$ 17.086.000,00
Contas a receber de clientes	R$ 9.757.000,00	R$ 21.755.000,00	Obrigações trabalhistas	R$ 7.520.000,00	R$ 6.804.000,00
Tributos a recuperar	R$ 4.118.000,00	R$ 4.009.000,00	Obrigações tributárias	R$ 4.627.000,00	R$ 6.017.000,00
Almoxarifado	R$ 685.000,00	R$ 687.000,00	Recursos municipais - Eventos	R$ 379.000,00	R$ 7.405.000,00
Despesas antecipadas	R$ 0,00	R$ 58.000,00	Recursos federais - Obras do PAC	R$ 4.449.000,00	R$ 0,00
Outros valores a receber	R$ 304.000,00	R$ 545.000,00	Empresas municipais	R$ 1.636.000,00	R$ 24.000,00
			Adiantamentos de clientes	R$ 16.351.000,00	R$ 26.600.000,00
			Outras exigibilidades	R$ 606.000,00	R$ 785.000,00
Não circulante	**R$ 237.485.000,00**	**R$ 242.726.000,00**	**Não circulante**	**R$ 167.428.000,00**	**R$ 120.071.000,00**
Realizável a longo prazo	R$ 720.000,00	R$ 5.272.000,00	Empresas municipais	R$ 4.551.000,00	R$ 5.692.000,00
Imobilizado	R$ 234.963.000,00	R$ 237.367.000,00	Obrigações tributárias	R$ 70.148.000,00	R$ 65.935.000,00
Intangível	R$ 1.802.000,00	R$ 87.000,00	Adiantamentos de clientes	R$ 0,00	R$ 10.949.000,00
			Provisões para contingências	R$ 69.543.000,00	R$ 12.894.000,00
			Receita diferida - ISS/IPTU	R$ 23.186.000,00	R$ 24.601.000,00
			Patrimônio Líquido	**R$ 54.015.000,00**	**R$ 116.138.000,00**
			Capital social	R$ 149.199.000,00	R$ 149.199.000,00
			Adiantamento p/ fut. Aum. de capital	R$ 6.001.000,00	R$ 1.000,00
			Reserva de reavaliação	R$ 120.283.000,00	R$ 121.262.000,00
			Prejuízos acumulados	-R$ 221.468.000,00	-R$ 154.324.000,00
Total do Ativo	**R$ 266.614.000,00**	**R$ 300.930.000,00**	**Total do Passivo**	**R$ 266.614.000,00**	**R$ 300.930.000,00**

Fonte: Diário Oficial Empresarial de 02.08.2017, pag. 17.

Visando verificar a consistência das informações financeiras e patrimoniais contidas no Balanço Patrimonial da SPTuris, foram selecionadas as seguintes contas: Caixa e equivalente a caixa, Contas a receber de clientes, Imobilizado e Reserva de Reavaliação.

1. Ativos

As contas “Caixa e equivalente a caixa”, “Contas a receber de clientes” e “Imobilizado” são contas de ativo, portanto representam bens e direitos controlados pela entidade.

1.1 Caixa e equivalente de caixa

A auditoria de gestão financeira tem como objeto principal a movimentação das contas de caixa e equivalente a caixa, o que envolve a realização da conciliação bancária.

No tocante às Receitas Próprias, que representam a principal fonte de recursos da empresa, a variação mais significativa entre o projetado e o realizado foi verificada nas receitas de “Clientes Externos”, com variação negativa de 46,7% (R$ 20.875.946,80).

Uma análise mais global indica redução da disponibilidade de caixa da empresa, uma vez que houve redução no total de desembolsos de 18%, enquanto a redução no total de ingressos foi de 23,9%. Em termos financeiros o desequilíbrio foi de - R$ 16.952.502,99

1.2 Contas a receber de clientes

A conta "Contas a receber de clientes" possuía saldo de R$ 9.757.000,00 em 31.12.2016, e estão contabilizados créditos perante terceiros originados entre 1993 e 2016.

Foram identificados, créditos originados entre 1993 e 2011, ou seja, os créditos constituídos a mais de 05 (cinco) anos.

A SPTuris, como entidade de direito privado que é, obedece às disposições do Código Civil no tocante à prescrição do direito exigir em juízo a liquidação das dívidas de terceiros consigo. Tal prazo é de 05 (cinco) anos, segundo dispõe o Código Civil no art. 206, § 5º, inciso I[2].

1.3. Imobilizado

O Imobilizado reúne os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia, é nesta conta que está contabilizado o Complexo do Anhembi, por exemplo.

A relevância dessa conta pode facilmente ser constatada em termos numéricos, uma vez que sozinha representa 88,12% do total de ativos (bens e direitos) da SPTuris.

O imobilizado da companhia é composto dos seguintes itens:

IMOBILIZADO					
	Taxas anuais de Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação Acumulada	Líquido 31.12.2016	31.12.2015 Reapresentado
Terrenos	0%	R$ 121.123.000,00	R$ 0,00	R$ 121.123.000,00	R$ 121.123.000,00
Edifícios e Benfeitorias	0%	R$ 120.052.000,00	-R$ 32.514.000,00	R$ 87.538.000,00	R$ 91.598.000,00
Túnel de Serviços	0%	R$ 4.288.000,00	-R$ 1.778.000,00	R$ 2.510.000,00	R$ 2.688.000,00
Estacionamento	0%	R$ 11.436.000,00	-R$ 3.127.000,00	R$ 8.309.000,00	R$ 8.273.000,00
Ruas, Praças e Jardins	0%	R$ 3.009.000,00	-R$ 1.237.000,00	R$ 1.772.000,00	R$ 1.894.000,00
Instalações	0%	R$ 12.891.000,00	-R$ 5.977.000,00	R$ 6.914.000,00	R$ 8.163.000,00
Máquinas e Equipamentos	0%	R$ 6.587.000,00	-R$ 5.062.000,00	R$ 1.525.000,00	R$ 2.360.000,00
Veículos	0%	R$ 1.205.000,00	-R$ 940.000,00	R$ 265.000,00	R$ 385.000,00
Móveis e Utensílios	0%	R$ 6.088.000,00	-R$ 5.516.000,00	R$ 572.000,00	R$ 831.000,00
Outros Ativos Fixos	0%	R$ 699.000,00	-R$ 671.000,00	R$ 28.000,00	R$ 36.000,00
Construções em Andamento	0%	R$ 4.407.000,00	R$ 0,00	R$ 4.407.000,00	R$ 16.000,00
Total		R$ 291.785.000,00	-R$ 56.822.000,00	R$ 234.963.000,00	R$ 237.367.000,00

Fonte: Nota Explicativa nº 09, Diário Oficial Empresarial de 02.08.2016, pag. 18.

[2] 0 Art. 206. Prescreve: [...]
§ 5º Em cinco anos:
I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;

A legislação contábil determina que, após o reconhecimento inicial, os saldos dos itens do ativo imobilizado sejam testados periodicamente a fim de se identificar possíveis perdas (Valor Recuperável de Ativos).

Tal previsão advém do Art. 183, § 3º, incisos I e II, da Lei nº 6.404/7612 e da sua regulamentação contida na Resolução CFC nº 1.177/2009 (CPC-27 "R3"), acompanhada da Resolução CFC nº 1.399/2012 (CPC-01 "R1").

Foi evidenciado que o último teste de recuperabilidade sobre o ativo imobilizado foi realizado em 31.03.2016, ou seja, 09 (nove) meses antes do término de período reporte, 31.12.2016. O que contraria o disposto na norma.

A não realização de tais testes, na periodicidade fixada, traz insegurança à informação oferecida ao usuário por meio das demonstrações contábeis, pois não há razoável garantia de que o saldo da conta imobilizado seja inferior ao seu valor recuperável, e que, portanto, não tenha havido nenhuma perda a ser reconhecida.

Como é de conhecimento público, a PMSP, controladora da SPTuris, pretende alienar os valores mobiliários (ações) que lhe garantem o controle sobre a empresa, como indica o Edital do Pregão Eletrônico nº 009/SMDP/2017.

Para tanto, terá que precificar tais ações antes de submetê-las à oferta pública.

Ao realizar o teste de recuperabilidade (impairment) sobre o imobilizado, a SPTuris identificará não apenas o valor de mercado como a capacidade de geração de receitas futuras de seus principais ativos. Informações essas essenciais à fixação do justo preço pelas ações que detém.

2. Passivos

As contas Adiantamentos de Clientes e Reserva de Reavaliação são contas de passivo, portanto, representam obrigações da entidade com terceiros ou com os próprios participantes do capital da empresa.

A seguir serão apresentados os resultados dos testes realizados sobre os saldos dessas contas.

2.1 Adiantamentos de clientes

A conta Adiantamentos de clientes registra os valores recebidos antecipadamente de clientes em razão, principalmente, da locação de espações nos ativos do Complexo do Anhembi.

O Quadro, a seguir, detalha a composição da conta.

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (em reais)		
	31.12.2016	31.12.2015 (reapresentado)
Circulante	**R$ 16.351.000,00**	**R$ 26.600.000,00**
Pavilhão de Exposições	R$ 7.745.000,00	R$ 22.956.000,00
Palácio das Convenções	R$ 5.275.000,00	R$ 2.657.000,00
Polo Cultural	R$ 1.273.000,00	R$ 597.000,00
Auditório Ellis Regina	R$ 741.000,00	R$ 284.000,00
Adiantamento de Clientes	R$ 1.317.000,00	R$ 0,00
Contratos de Mídia	R$ 0,00	R$ 106.000,00
Não Circulante	**R$ 0,00**	**R$ 10.949.000,00**
Pavilhão de Exposições	R$ 0,00	R$ 10.755.000,00
Palácio das Convenções	R$ 0,00	R$ 103.000,00
Polo Cultural	R$ 0,00	R$ 91.000,00
Total	**R$ 16.351.000,00**	**R$ 37.549.000,00**

Fonte: Nota Explicativa nº 14, Diário Oficial Empresarial de 02.08.2016, pag. 19.

2.2 Reserva de reavaliação

Com a edição da Lei nº 11.638/07, ficou determinado que as empresas que haviam realizado reavaliação em seus ativos, caso da SPTuris, deveriam optar por estornar os efeitos das reavaliações de uma única vez, ao final do exercício de 2007, ou mantê-los numa conta do patrimônio líquido, intitulada "Reserva de Reavaliação", até a sua efetiva realização. A SPTuris optou por manter os saldos na citada conta do patrimônio líquido.

Ocorre que, a SPTuris não realizou os testes previstos no Art. 183, § 3º, incisos I e II, da Lei nº 6.404/76, que tratam justamente da existência e do valor dos itens do ativo e das taxas de depreciação.

Nesse sentido, mais uma vez, evidencia-se a irregularidade, além de trazer insegurança à informação oferecida ao usuário por meio das demonstrações contábeis, nesse caso, com influência direta sobre os saldos existentes na conta Reserva de Reavaliação.

3. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) está prevista no Art. 176, inciso III, da Lei nº 6.404/76.

O Quadro, a seguir, reproduz a DRE da SPTuris de 31.12.2016:

Demonstração do Resultado do Exercício (em reais)		
	2016	2015 (reapresentado)
Receita Operacional	**R$ 190.242.000,00**	**R$ 195.422.000,00**
Deduções da receita operacional	-R$ 5.325.000,00	-R$ 843.000,00
Receita operacional líquida	**R$ 184.917.000,00**	**R$ 194.579.000,00**
Custo dos serviços prestados	-R$ 92.532.000,00	-R$ 120.253.000,00
Resultado bruto	**R$ 92.385.000,00**	**R$ 74.326.000,00**
Despesas operacionais	**-R$ 155.013.000,00**	**-R$ 85.886.000,00**
Despesas administrativas	-R$ 158.782.000,00	-R$ 83.143.000,00
Outras receitas (despesas) op. líquidas	R$ 3.769.000,00	-R$ 2.743.000,00
Resultado op. antes do resultado financeiro	**-R$ 62.628.000,00**	**-R$ 11.560.000,00**
Resultado financeiro	**-R$ 5.522.000,00**	**-R$ 1.487.000,00**
Receitas/Despesas financeiras líquidas	-R$ 5.522.000,00	-R$ 1.487.000,00
Resultado antes dos tributos s/ o lucro	**-R$ 68.150.000,00**	**-R$ 13.047.000,00**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-R$ 282.000,00	-R$ 722.000,00
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**-R$ 68.432.000,00**	**-R$ 13.769.000,00**

Fonte: Diário Oficial Empresarial de 02.08.2017, pag. 17.

3.1 Receita Bruta

As receitas da SPTuris, que somam R$ 209.635.426,53 (aumento de 17,5% em relação ao ano anterior), se apresentam de forma consolidada e advém de 03 (três) fontes principais: Locações, Serviços e Concessões.

As receitas de Locações possuem origem na exploração dos ativos que compõem o Complexo do Anhembi, a saber: Pavilhão de Exposições, Palácio de Convenções, Auditório Elis Regina, Sambódromo, estacionamento e áreas comuns. Em 2016, totalizaram R$ 65.666.487,83.

As receitas de serviços, como o próprio nome indica, advém dos serviços prestados pela SPTuris na organização/realização de eventos, tais como: Virada Cultural, Rolezinho, entre outros. Em 2016, totalizaram R$ 138.621.483,81.

Em 2016 foram realizados 1.814 eventos de vários portes, por meio de instrumentos específicos, e são relacionados ao lazer, esporte, cultura, turismo e atividades cívicas. Os eventos/contratos de maior relevância estão a seguir discriminados:

Descrição	Contrato	Valor (R$)
Virada Cultural	SMC 001/2016	5.976.424,95
Réveillon na Paulista	Seatur 004/2016	2.376.351,75
Carnaval de Rua - 2016	SMC 001/2016	1.168.200,65
Marcha para Jesus	SMRG 003/2016	1.131.045,97
XX Parada do Orgulho LGBT 2016	SMDHC 010/2016	1.103.263,88
24º Bienal Internacional do Livro	SME 054/2016	976.072,16
7º Conferência Municipal da Cidade de SP	SMDU 004/16	800.328,31

Fonte: Relatório de eventos realizados em 2016 – fls. 19/20.

Observou a auditoria que os objetos dos contratos examinados se encontram compatíveis com os objetivos sociais da SPTuris, mas que algumas variações de preço se deram de forma homogênea.

A receita de concessões decorre exclusivamente da exploração do Autódromo de Interlagos, concedido à SPTuris pela PMSP, e que, portanto, não faz parte do patrimônio da empresa. Em 2016, totalizaram R$ 5.347.545,89.

O Quadro, a seguir, detalha a composição da receita bruta da Spturis no exercício de 2016.

Receita Bruta		
30101	**Locações**	**R$ 65.666.487,83**
301010101	Pavilhão de Exposição	R$ 38.279.134,40
301010102	Palácio das Convenções	R$ 14.538.872,27
301010103	Auditório Elis Regina	R$ 1.199.286,90
301010104	Polo Cultural Sambódromo - Arena	R$ 4.348.492,56
301010106	Concessionários	R$ 5.263.939,08
301010107	Publicidade e Propaganda (Mídia)	R$ 239.170,00
301010108	Estacionamento - Locação	R$ 1.520.079,57
301010198	Outras Locações	R$ 0,00
301010199	Locações Parque Anhembi / Áreas Comuns	R$ 277.513,05
30102	**Serviços**	**R$ 138.621.483,81**
3010201	Estacionamentos	R$ 8.177.215,36
3010202	Serviços de Infraestrutura	R$ 2.789.747,14
3010203	Serviços de Eventos	R$ 127.654.521,31
301020301	Receita Eventos	R$ 98.579.876,00
301020302	Receita Eventos – Adm.	R$ 13.677.050,29
301020303	Receita Eventos - Contratos PMSP – Plan.	R$ 1.522.999,99
301020304	Receita Eventos – Prod.	R$ 6.781.403,49
301020305	Receita Eventos – Imp.	R$ 7.093.191,54
30103	**Concessões**	**R$ 5.347.454,89**
3010301	Concessões	R$ 5.347.454,89
301030101	Autódromo De Interlagos - Locações	R$ 5.347.454,89
Total Geral		**R$ 209.635.426,53**[16]

Fonte: SPTuris

Da análise dos dados, é possível observar que as receitas da SPTuris estão assim distribuídas:

Fonte: Sistema Contábil SPTuris

Segundo as Normas Contábeis, quando os itens de receitas e despesas são materiais, sua natureza e montantes devem ser divulgados separadamente. Ao deixar de divulgar as receitas de forma segregada na Demonstração do Resultado do Exercício a SPTuris contraria o disposto no § 97 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG nº 26 (R4).

Ademais, a informação acerca do custo dos produtos/serviços ofertados é fundamental para a confecção e análise de indicadores de desempenho financeiro e, principalmente, operacionais da entidade.

3.2 Despesas Operacionais

As despesas operacionais da SPTuris atingiram o montante de R$ 158.782.126,05 e estão compostas da seguinte forma:

Despesas Operacionais		
30501	Pessoal	R$ 74.586.889,14
30503	Despesas de Custeio	R$ 20.047.401,32
30510	Provisões	R$ 64.147.835,59
Total Geral		**R$ 158.782.126,05**

Fonte: SPTuris

As despesas com Pessoal estão divididas em 03 (três) grupos: remunerações, encargos sociais e benefícios, conforme quadro abaixo:

Embora a SPTuris tenha tido gastos expressivos de pessoal (R$ 74.586.889,14), e que grande parte deste contingente de mão de obra tenha sido utilizado diretamente na prestação de serviços, a empresa não classifica esses gastos com pessoal como "Custo dos serviços prestados".

As Despesas de Custeio mais expressivas são: Consumo de Material de Estoque, Limpeza e Conservação, Mão de Obra Terceirizada, Segurança em Eventos e Transporte de Funcionários. O somatório dessas despesas alcança a quantia de R$ 10.220.072,99.

RESUMO DOS RESULTADOS (2014 A 2016)

Especificação	2014	2015	2016
Receitas (a)	204.093.924,11	205.202.716,98	193.169.192,06
Despesas	198.950.482,46	218.972.425,54	261.601.191,46
Lucro líquido (b)	**5.143.441,65**	**(13.769.708,56)**	**(68.431.999,40)**
Margem líquida (b)/(a)	**2,52%**	**(6,71%)**	**(35,43)**

Fonte: Balancetes de verificação - Dezembro de 2014/2015/2016.

A empresa obteve resultado positivo em 2014. Em 2015 e 2016, resultado líquido foi negativo em R$ 13.769.708,56 e R$ 68.431.999,40, respectivamente.

Em 2015 e 2016, a empresa apresentou margem negativa de 6,71% e 35,43% respectivamente, esses resultados negativos demonstram a situação desfavorável em que a empresa se encontra.

Transações com Partes Relacionadas

A legislação contábil brasileira, após a migração para o padrão internacional (IFRS), tem dado maior ênfase ao tratamento e a evidenciação das transações estabelecidas entre a empresa e as pessoas físicas e jurídicas com influência no processo decisório da entidade.

A PMSP é parte relacionada da SPTuris, uma vez que 66% das receitas advém de serviços prestados à PMSP, aí envolvidos a realização dos eventos como a Formula 1, o Carnaval, o Rolezinho e a Virada Cultural, portanto fica a SPTuris obrigada a divulgar as transações realizadas entre ambas de acordo com os critérios do CPC-05.

4) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) está prevista no Art. 186, § 2º, da Lei nº 6.404/76.

O Quadro, a seguir, reproduz a DMPL da SPTuris de 31.12.2016:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em reais)					
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31.12.2014	**R$ 149.199.000,00**	**R$ 1.000,00**	**R$ 122.241.000,00**	**-R$ 182.982.000,00**	**R$ 88.459.000,00**
Compensação de créditos com a sócia majoritária PMSP	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 39.902.000,00	R$ 39.902.000,00
Realização da reserva de reavaliação	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 1.288.000,00	R$ 1.288.000,00	R$ 0,00
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 309.000,00	R$ 1.237.000,00	R$ 1.546.000,00
Prejuízo do exercício publicado anteriormente	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 13.769.000,00	-R$ 13.769.000,00
Saldo em 31.12.2015	**R$ 149.199.000,00**	**R$ 1.000,00**	**R$ 121.262.000,00**	**-R$ 154.324.000,00**	**R$ 116.138.000,00**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	R$ 0,00	R$ 6.000.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 6.000.000,00
Realização da reserva de reavaliação	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 1.288.000,00	R$ 1.288.000,00	R$ 0,00
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 309.000,00	R$ 0,00	R$ 309.000,00
Prejuízo do exercício	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 68.432.000,00	-R$ 68.432.000,00
Saldo em 31.12.2016	**R$ 149.199.000,00**	**R$ 6.001.000,00**	**R$ 120.283.000,00**	**-R$ 221.468.000,00**	**R$ 54.015.000,00**

Fonte: Diário Oficial Empresarial de 02.08.2017, pag. 18.

O PATRIMÓNIO LÍQUIDO da SPTuris ao final do exercício de 2016, totalizava R$ 54.015.000,00, sendo composto das seguintes contas e valores:

I.

- Capital Social 149.198.963,20
- Adiantamento Para Aumento de Capital 6.001.000,00
- Reserva de Reavaliação 120.283.000,00
- **Prejuízos Acumulados** **(221.468.000,00)**

Fonte: *Demonstrativo do Resultado do Exercício - Anexo IV*
Nota: *Lucros/Prejuízos do Exercício = (Receita Operacional Líquida - Despesa Oper. Líquida)*

Fonte: *Balanço Patrimonial*
Nota: *Prejuízos Acumulados = (Saldo Exerc. Anterior + Resultado do Exercício)*

De acordo com a auditoria não foram encontradas distorções relevantes no conteúdo dessa demonstração.

V. INDICADORES ECONÔMICOS

Os indicadores são utilizados para extrair informações implícitas nas demonstrações contábeis com a finalidade de avaliar a situação financeira e patrimonial da entidade.

Em razão de a SPTuris promover alterações em sua política contábil nos últimos exercícios, especialmente no tocante à contabilização dos efeitos dos contratos de locação de espaços, o que provocou flutuações significativas nos saldos dos ativos e passivos nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, foram utilizados indicadores de caráter geral e sem a devida comparação com os resultados de exercícios anteriores.

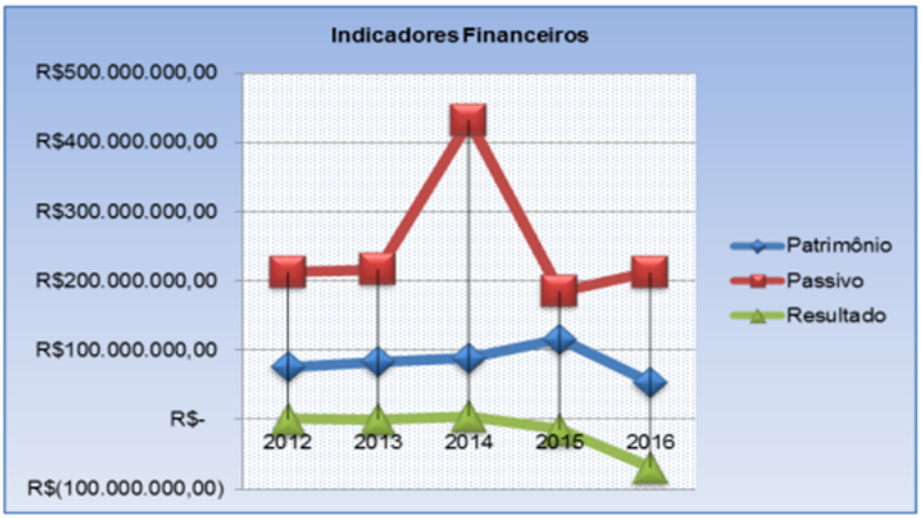
Quadro – Indicadores Financeiros

Índice	Fórmula	Resultado	Interpretação
Liquidez Corrente	Ativo Circulante (AC) / Passivo Circulante (PC)	0,65	Indica que a empresa tem R$ 0,65 de direitos a realizar para cada R$ 1,00 de obrigações a liquidar no período de 01.01.2017 a 31.12.2017.
Liquidez Geral	AC + RLP / PC + ELP	0,14	Indica que a empresa tem R$ 0,14 de direitos a realizar para cada R$ 1,00 de obrigações a liquidar.
Perfil da Dívida	PC / PC + ELP	0,21	Indica que 21% das obrigações com terceiros (dívidas) da empresa vencem no período de 01.01.2017 a 31.12.2017.
Participação no Capital de Terceiros	PC+ELP / Total do Passivo	0,79	Indica que 79% das obrigações da empresa correspondem a dívidas com terceiros.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	-58,9	Indica que houve prejuízo de 58,9% sobre o capital dos sócios no período de 01.01.2016 a 31.12.2016.
Retorno sobre o Ativo	Lucro Líquido / Total do Ativo	-22,7	Indica que houve prejuízo de 22,7% sobre o capital total no período de 01.01.2016 a 31.12.2016.

Fonte: Demonstrações Contábeis SPTuris de 31.12.2016.

A situação financeira da SPTuris, como reforçam as demonstrações contábeis, vem se degradando ao longo dos últimos exercícios, é o que mostra o gráfico a seguir, onde se observa os últimos resultados financeiros, a evolução do endividamento (passivo) e do patrimônio líquido da empresa.

Gráfico – Indicadores Financeiros



Fonte: Demonstrações Contábeis SPTuris - Publicadas

VI. RELATÓRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em 31.08.2016 foi apresentado ao Conselho de Administração da SPTuris um "Relatório de Gestão Administrativa e Econômico-Financeira", elaborado pela Diretoria Administrativo Financeiro da empresa, com objetivo a "situação econômico-financeira da São Paulo Turismo S.A." e medidas "necessárias ao seu pleno funcionamento". O relatório elenca 04 (quatro) fatores que contribuíram para as dificuldades financeiras da companhia.

1 - Cancelamento de eventos privados:

Entre 2013 e 2016, foram cancelados 116 eventos, o que provocou impacto negativo de caixa de R$ 171,3 milhões. No principal equipamento do Anhembi (Pavilhão de Exposições), foram cancelados 63 eventos, cujos valores de contrato eram de R$ 164,7 milhões. Isso representou mais de 96% do total de recursos que deixaram de ingressar no caixa.

2 - Administração do Autódromo de Interlagos:

A SPTuris é responsável pela gestão dos eventos realizados no Autódromo José Carlos Pace (Interlagos), podendo explorar os espaços e auferir a devida receita, além de arcar com os custos inerentes à administração do local. No entanto, o que se tem observado é que os custos são superiores às receitas geradas pela exploração do equipamento.

3 - Atraso no recebimento dos débitos das secretarias da Prefeitura de São Paulo:

Diversas secretarias municipais possuem débitos com a SPTuris relativos a eventos realizados, existem mais R$ 3,5 milhões em valores correntes não liquidados. Constata-se que mais de R$ 1,5 milhão não foi pago no devido prazo contratual. Esses valores, foram integralmente absorvidos pelo caixa da SPTuris para honrar os compromissos assumidos com fornecedores, de modo a não comprometer os eventos promovidos pela Prefeitura de São Paulo.

4 - Grandes eventos da Prefeitura de São Paulo – orçamentos inconsistentes:

Foram identificamos que alguns dos mais expressivos contratos não seguiam a regra geral e fixavam taxas de administração muito abaixo do percentual estabelecido.

O contrato de Apoio Institucional ao Carnaval paulistano no Sambódromo sequer contempla a taxa de administração. É imperativo destacar, neste caso, que a equipe da SPturis fica impedida de produzir mais eventos nesse período em razão da necessidade de atuação no Carnaval. Ou seja, não apenas a SPTuris deixa de receber a taxa de administração, mas também fica limitada com relação à captação e produção de novos eventos, os quais trariam maior receita para a empresa.

VII. PESSOAL

O quadro de pessoal da SPTuris contempla os seguintes tipos de colaboradores: Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais, Diretores, Empregados Efetivos, Cargos de Livre Provimento & Funções Gratificadas, Servidores Cedidos de outros órgãos, Estagiários e Aprendizes.

Em 2016, a Empresa contava com 520 empregados, estando ocupados 309 cargos efetivos, 115 cargos de Livre Provimento, 8 contratados por Prazo Determinado, 5 cedidos de outros órgãos, 40 Estagiários, além de 21 Aprendizes. O nível de ocupação do quadro de pessoal da SPTuris é de 60,25%, sendo que os cargos efetivos detêm o menor nível de ocupação, 51,84%.

Ressalta a auditoria que a empresa implantou um Plano de Demissão Voluntária (PDV) em 2016, o que contribuiu para a redução do número de empregados efetivos (CR).

Em relação ao exercício anterior, houve uma redução total de 83 (oitenta e três) pessoas no quadro de pessoal da SPTuris, e que a categoria que sofreu o maior enxugamento foi o de empregados efetivos (CR), com uma redução líquida de 73 funcionários.

Nos exames realizados para verificação do cumprimento à legislação trabalhista, no tocante a aspectos relacionados à jornada de trabalho, foram verificados, por amostragem, violações ao Art. 5926 (Prorrogação máxima diária da jornada de trabalho - 2 horas), Art. 6627 (Intervalo mínimo de 11 horas de descanso) e Art. 6728 (Descanso semanal obrigatório), todos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

VIII. DESEMPENHO OPERACIONAL

A avaliação do desempenho operacional foi realizada com base em informações gerenciais por meio de dados referentes aos indicadores físicos, financeiros, não financeiros e orçamentários da empresa.

1. Atividades Operacionais

As atividades operacionais da SPTuris podem ser divididas em dois ramos: atividades privadas e atividades públicas.

1.1 Atividades Privadas (Locação de Espaços)

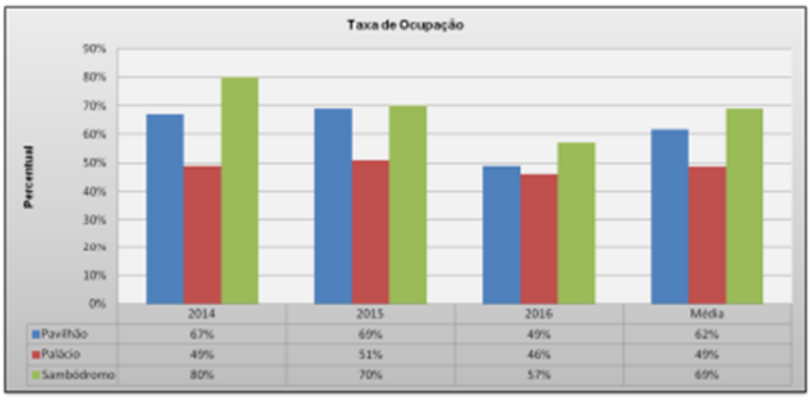
As atividades privadas referem-se, principalmente, à locação dos espaços do Complexo Anhembi, ativo da companhia, e do Autódromo de Interlagos, instalação pertencente à PMSP e concedida à empresa. Estes espaços são locados para a realização de feiras de negócios, shows, congressos, convenções, formaturas, colação de grau e eventos diversos.

Os principais espaços locáveis do Complexo do Anhembi são: Pavilhão de Exposições, Palácio das Convenções, Auditório Elis Regina e o Polo Cultural Sambódromo - Arena.

1.1.1 Taxa de Ocupação

Em 2016, todos os espaços disponíveis sofreram uma queda na taxa de ocupação. Para o Pavilhão de Exposições e o Polo Cultural verifica-se uma queda mais acentuada (20% e 13% respectivamente), que o sofrido pelo Palácio de Convenções (5%).

Segundo dados da empresa, a taxa de ocupação média do Pavilhão, Palácio e Sambódromo, no último triênio, está apresentada a seguir:



Fonte: TC nº 72.002.342/17-68 (Auditoria de Desempenho Operacional)

O gráfico indica, ainda, que a taxa de ocupação em 2016 de todos os equipamentos foi inferior à média dos últimos 03 (três) anos

1.1.2 Tabela de Preços

As negociações são iniciadas a partir de uma "Tabela de Preços" pré-fixada e após, a aplicação da "Política de Descontos" da empresa, que leva em consideração as datas, os locais, locações sucessivas, oportunidade comercial, locação realizada a órgãos públicos, conforme estabelecido. A citada política está estabelecida em Resolução de Diretoria.

Com base na Análise de Mercado e Concorrência elaborada pela Diretoria de Marketing e Vendas da SPTuris, foi elaborado o comparativo de preços e áreas dos principais espaços para feiras na cidade de São Paulo.

A pesquisa indica que entre 2015 e 2016, o Anhembi sofreu expansão de sua área útil de 76.190 m² para 81.819 m², enquanto a São Paulo Expo expandiu de 37.000 m² para 77.302 m², aumentando de 3 para 8 pavilhões. A empresa Expo Center Norte tem expansão prevista em 30.000 m².

Embora o Pavilhão do Exposições do Anhembi, possui a maior área disponível, não possui ar condicionado, ao contrário dos concorrentes como Expo Center Norte, São Paulo Expo e Transamérica. Observa-se que, com a expansão prevista da Expo Center, o Anhembi perderá o seu diferencial, o tamanho.

Ainda, a tabela de preços é atualizada de forma eventual, com base em orçamentos disponibilizados por clientes interessados em aluguel de espaços, informações de terceiros e simulação de eventos por funcionários da própria SPTuris.

O relatório de satisfação dos clientes, em que foram efetuadas 103 pesquisas em eventos ocorridos em 2016 com objetivo avaliar a percepção dos clientes diretos (promotores dos eventos), revelou a nota média obtida na avaliação de 4,81 pontos, numa escala de 1 a 6 pontos.

1.2 Atividades Públicas (Prestação de Serviços à PMSP)

Os dados dos contratos dos principais eventos realizados pela SPTuris para a PMSP e suas Secretarias estão relacionados a seguir:

1.2.1 **Fórmula 1** (Contrato nº 003/2016)

Contratante: Secretaria Especial para Assuntos de Turismo – SEATUR

Objeto: Prestação dos serviços para realização do 45º Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 – 2016 adequação do Autódromo Municipal José Carlos Pace, bem a administração e fiscalização de todas as atividades a ele inerentes e o fornecimento de toda a infraestrutura necessária.

1.2.2 Carnaval

Firmado os Contratos nº 001/2015 e nº 002/2015 com a Secretaria Especial para Assuntos de Turismo – SEATUR, cujo objeto visa o apoio institucional ao Carnaval Paulistano 2016, além da organização, divulgação, comercialização, controle e fiscalização de espetáculos artísticos e culturais por agremiações, escolas, blocos e cordões carnavalescos.

Além dos serviços de planejamento, produção, promoção, execução e fiscalização, com fornecimento de infraestrutura constituída por equipamentos, serviços e produtos, contratação artística, pessoal técnico e operacional, bem como locação de áreas.

1.2.3 Eventos Diversos/Contratação Artística

As contratações artísticas ocorrem a partir de demandas das entidades promotoras dos eventos (PMSP ou Secretarias), cabendo à empresa a operacionalização dos aspectos da contratação, incluindo a formalização do contrato, a discussão do cachê artístico e o pagamento.

Dois processos de contratação foram selecionados pela auditoria com o intuito de se verificar a regularidade dos mesmos. Ambos os contratos foram firmados com base no o Art. 25, III, da LF 8.666/93, que trata dos casos de inexigibilidade de licitação.

Foi contatada pela auditoria que não há nos autos, nenhum comprovante relativo à fiscalização e comprovação da efetiva realização das apresentações

1.3 Estacionamento do ANHEMBI

Foi realizada auditoria extraplano, com o objetivo de verificar se os controles de arrecadação referentes à receita de estacionamento da São Paulo Turismo S.A. – SPTuris são adequados.

O Anhembi possui uma capacidade estimada de 5.040 vagas para veículos e 660 vagas para motos.

Existem quatro tipos de controle de acesso aos estacionamentos:

a) Sistema Integrado de Automação – SAI

O sistema tem como escopo o controle dos tíquetes emitidos automaticamente pelas cancelas eletrônicas do estacionamento; a gravação em vídeo dos veículos que entram e saem do estacionamento; o controle do pagamento dos tíquetes e a consolidação da movimentação financeira, fornecendo relatórios para o setor de arrecadação.

b) Sistema RMZnet

O sistema opera em modo individual, sem interligação por rede, os tíquetes são emitidos, manualmente, através de terminais de arrecadação que não fazem parte do sistema automatizado SIA. É utilizado somente no período do Carnaval para atender o estacionamento auxiliar dos convidados do Camarote da Cidade, situada à Av. Santos Dumont, 421.

c) Estacionamento Pós Pago – EPP

Nessa modalidade, o promotor do evento assume o pagamento do estacionamento e oferece ao expositor ou aos participantes do evento, como cortesia. A entrada e a saída são realizadas somente pelo Portão 04. O controle de entrada e saída de veículos é administrado e controlado pelo promotor da feira. O valor pago refere-se à quantidade de vagas.

d) Sistema Sem Parar

Para o público cadastrado no Sistema Sem Parar, o acesso é realizado pelo Portão 38, havendo baias com cancelas exclusivas para entrada e saída. Esse sistema não entra no cômputo do Sistema SIA.

Arrecadação do Estacionamento

Quanto aos controles de arrecadação referentes à receita de estacionamento da São Paulo Turismo S.A. – SPTuris, a auditoria consignou que no Sistema RMZnet, utilizado no período do Carnaval, há fragilidade nos controles de arrecadação, podendo proporcionar evasão de receitas; o controle do acesso do Sistema SAI é efetuado por pessoas, tornando o procedimento suscetível a falhas.

Desta forma, reitera a necessidade de aprimoramento dos controles de estacionamento.

IX. COMPROMISSO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL - CDI

Em atendimento ao Decreto Municipal nº 53.916/13, o Município de São Paulo e a São Paulo Turismo S.A. - SPTuris celebraram, em 06.02.2015, o Compromisso de Desempenho Institucional (CDI), tendo por objeto o estabelecimento de indicadores e metas para permitir a avaliação objetiva do desempenho da empresa. O instrumento teve vigência até 31.12.2016.

O Fluxo de Caixa projetado, conforme previsto no Compromisso de Desempenho Institucional, comparado com o realizado está demonstrado no quadro a seguir:

Acompanhamento do Decreto Municipal 53.916/2013 – Meta Financeira

Itens	Jan a Dez/ 2016		Var. %
	Projetado (A)	Realizado (B)	
1 Receitas Próprias	**288.531.315,66**	**215.890.575,86**	-25,2%
1.1 Cliente PMSP	165.166.457,70	144.290.510,85	-12,6%
1.2 Clientes Externos	119.897.618,61	63.856.607,21	-46,7%
1.3 Outras Receitas Próprias	3.467.239,35	7.743.457,80	123,3%
2 Recursos do Tesouro Nacional	-	-	-
2.1 Aportes de Capital	-	-	-
2.2 Subvenções Econômicas	-	-	-
3 Transferência Federais/ Estaduais/...	-	3.611.413,69	-
4 Recursos Gerenciados	-	-	-
5 Recursos de Terceiros Retidos	-	-	-
Total de Ingressos	**288.531.315,66**	**219.501.989,55**	-23,9%
6 Custeio	**288.531.423,83**	**235.373.370,65**	-18,4%
6.1 Despesas com Pessoal	103.550.107,49	73.221.736,26	-29,3%
6.2 Serviços de Terceiros	151.489.247,41	119.073.685,93	-21,4%
6.3 Material de Consumo	-	111.326,32	-
6.4 Despesas Gerais	9.311.887,93	26.333.756,82	182,8%
6.5 Tributárias	24.180.181,00	16.632.865,32	-31,2%
7 Investimentos	-	6.821,89	-
8 Recursos Gerenciados	-	1.074.300,00	-
9 Retenções a Recolher	-	-	-
Total de Desembolsos	288.531.423,83	236.454.492,54	-18,0%
Líquido	**108,18**	**-16.952.502,99**	-
Saldo Inicial	31.149.920,45	31.149.920,45	-
Saldo Final	**31.149.812,27**	**14.197.417,46**	-54,4%

Fonte: Gerência Financeira – CD anexo à contracapa.

O ingresso de recursos ficou 23,9% abaixo do previsto em decorrência, principalmente, da redução das receitas provenientes de contratos com clientes.

No tocante às Receitas Próprias, que representam a principal fonte de recursos da empresa, a variação mais significativa entre o projetado e o realizado foi verificada nas receitas de "Clientes Externos", com variação negativa de 46,7% (R$ 20.875.946,80).

A despesa realizada foi 18,0% menor do que a prevista devido, principalmente, à redução de despesas com pessoal e serviços de terceiros. A diferença de 29,3% em relação ao

previsto (pessoal) deveu-se principalmente à redução de funcionários da SPTuris.

Uma vez que a meta financeira estabelecida foi de um saldo positivo de caixa de R$ 108,18, e que o resultado foi negativo e materialmente relevante (- R$ 16.952.502,99). Assim, resta comprovado que, em termos gerais, as metas não foram atingidas.

Valores Pendentes de Recebimento da PMSP

A conta "Contas a receber de clientes" registrava saldo de R$ 9,7 milhões em 31.12.2016 referente a créditos originados entre 1993 e 2011, valores estes que a SPTuris tem a receber de terceiros, decorrentes do exercício do seu objeto social: locação de espaços, organização de eventos, estacionamento e etc. Todas intimamente ligadas à geração de receitas.

Observou a auditoria que há distorção relevante na conta "Contas a receber de clientes" devido ao não reconhecimento de perda no valor recuperável, contrariando o disposto no Art. 183, inciso I, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, combinado com o item 58 da Norma NBC TG nº 38 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade.

X. FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUTUR

O Fundo Municipal de Turismo – Futur foi criado pela Lei Municipal nº 11.198/92, art. 7º, e tem como objetivo captar e repassar recursos para o Plano Turístico Municipal – Platum.

De acordo com om o Decreto Municipal 46.649/05, o conselho Municipal de Turismo COMTUR, vinculado ao Gabinete do Prefeito, é o órgão de caráter deliberativo, consultivo e de assessoramento do Platum.

A remuneração da empresa é vinculada a um percentual de 5% das atividades desenvolvidas.

Em 2016, a Lei Orçamentário Anual fixou para o programa de trabalho do FUTUR o orçamento inicial de R$ 1.000,00.

O valor total gasto com bens e serviços do FUTUR, foi de R$ 16.389,77 ficando disponível para 2017 o montante de R$ 568.373,60.

Apesar de ter sido realizada a prestação de contas, não foi apresentada a análise da efetividade dos gastos e o retorno gerado para o Turismo do Município de São Paulo.

XI - INFRINGÊNCIAS E PROPOSTAS DE DETERMINAÇÕES DO EXERCÍCIO – item 8

A equipe técnica responsável pelos trabalhos demonstrou os exames realizados e as infringências detectadas, ressalvados os atos não apreciados, bem como apresentou propostas de determinações.

Oficiada, a São Paulo Turismo S.A. - SPTuris apresentou suas contrarrazões, às fls.

157/284 v, as quais foram avaliadas pela auditoria, que concluiu que as alegações da Origem não apresentaram elementos novos capazes de alterar as convicções manifestadas no Relatório Anual de Fiscalização, as quais estão apresentadas em seguida, mantendo a sequência numérica exposta no RAF/2016 (fls. 136/147):

8.1. Infringências

8.1.1. Demonstrações Contábeis

a) as contas anuais da SPTuris relativas ao exercício de 2016 foram apresentadas intempestivamente para julgamento, tendo sido remetidas a esta Corte em 11.08.2017, mais de 07 (sete) meses após o término do exercício financeiro (31.12.2016), contrariando o que dispões o artigo 74 do Regimento Interno deste Tribunal (item 2).

b) a SPTuris deixou de cumprir o prazo de até 03 (três) meses após o término do exercício social para a publicação das demonstrações contábeis, já auditadas e aprovadas pela assembleia geral, contrariando o disposto no Art. 28, inciso II, alínea "a", da Instrução Normativa CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (item 2.1).

c) a Assembleia Geral que deliberou sobre o conteúdo das demonstrações financeiras ocorreu fora do período regulamentar, em infringência ao artigo 132, inciso I, da Lei Federal nº 6.404/76 (item 2.2).

d) o não reconhecimento de perda no valor recuperável no saldo da conta "Contas a receber de clientes" contraria o disposto no Art. 183, inciso I, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, combinado com o item 48 da Norma NBC TG nº 38 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade (subitem 3.2.1 "b").

e) A não realização do teste de recuperabilidade (impairment) sobre o imobilizado viola o disposto no Art. 183, § 3º, incisos I e II da Lei nº 6.404/76, combinado com o parágrafo 9 do anexo único da Resolução CFC nº 1.177/2009 (subitem 3.2.1 "c").

f) a não realização da revisão do valor residual e da vida útil dos itens do imobilizado viola o disposto no parágrafo 51 do anexo único da Resolução CFC nº 1.177/2009 (subitem 3.2.1 "c").

g) ao deixar de divulgar as receitas de forma segregada na Demonstração do Resultado do Exercício a SPTuris contraria o disposto no § 97 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG nº 26 (R4) (subitem 3.3.1).

h) a omissão da informação acerca dos custos dos produtos, e/ou serviços, vendidos pela SPTuris, na Demonstração do Resultado do Exercício, contraria o disposto no Art. 187, inciso II, da Lei nº 6.404/76 (subitem 3.3.2).

i) ao não divulgar em suas demonstrações contábeis as transações que estabelece com a sua controladora, a PMSP, deixa de atender aos requisitos mínimos elencados no item 18 do anexo único da Resolução CFC nº 1.297/10 (subitem 3.3.4).

8.2. Propostas de Determinações

8.2.1. Pessoal

a) tendo em vista o não atendimento ao determinado no Acórdão do TC nº 72.000.033/12-58, propomos que se proceda a apuração de responsabilidade sobre as violações ao estabelecido na cláusula 44.3 do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017A, identificadas neste relatório, bem como quaisquer outras, ocorridas após o prazo de regularização estabelecido naquele julgado (item 4.4).

8.2.2. Gestão Financeira

a) realizar a cobrança junto à Administração Municipal Direta e Indireta, inclusive pela via judicial, se necessário, dos créditos relativos a serviços prestados nos exercícios de 2010 a 2016, já vencidos (item 5.2).

b) estabelecer procedimentos de controle interno destinados a prevenir futuras ocorrências de pagamentos de obrigações que contrariem a ordem cronológica de vencimento (item 5.3).

8.2.3. Desempenho Operacional

a) apurar a composição dos custos dos espaços alugados pela empresa, bem como dos principais serviços prestados à PMSP (subitem 6.2.2).

b) estabelecer procedimento de acompanhamento periódico dos preços da concorrência do mercado de eventos periódico (subitem 6.2.4).

c) estabelecer procedimentos que versem sobre as contratações artísticas realizadas pela empresa, abordando no mínimo os seguintes temas: critérios de escolha, justificativa de preço, atribuições e responsabilidades do fiscal do contrato e prestação de contas (subitem 6.3.4).

XII. DETERMINAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – item 9 do RAF/2016

No Relatório Anual de Fiscalização – RAF/2016, considerando as justificativas e os esclarecimentos apresentados pela Empresa, consta o não atendimento de diversas determinações exaradas por esta E. Corte concernentes às contas dos exercícios anteriores. Desta forma, estão sendo utilizada a mesma numeração constante do RAF/2015, conforme segue:

9.1. Determinações Relativas ao Exercício de 2005

Determinação nº 3 *"Providenciar a avaliação periódica da natureza dos depósitos judiciais quanto à sua permanência ou conversão em despesa, bem como efetuar regularmente a conciliação da conta depósitos judiciais com os apontamentos da Gerência Jurídica, evitando a ocorrência de pendências indevidas."*

Determinação nº 5 *"Providenciar a informação da Gerência Jurídica à Contabilidade quando da inclusão de novas ações judiciais em que há provável perda para a Empresa, exclusão e atualizações dos valores de ações provisionadas, visando não distorcer os resultados mensais e o cumprimento dos Princípios Fundamentais de Contabilidade."*

9.2. Determinações Relativas ao Exercício de 2006

Determinação nº 1 *"Estabelecer procedimento prevendo a remessa de todos os processos administrativos que apresentem pendências financeiras de clientes e fornecedores à Gerência Jurídica, para adoção das medidas cabíveis, evitando a prescrição de direitos da Empresa."*

Determinação nº 4 *"Adotar, nos controles financeiros e gerenciais relativos às despesas com o Carnaval, a mesma descrição dos itens dos contratos mantidos entre a Prefeitura e a SPTuris, facilitando a prestação de contas e o controle desses itens."*

9.3. Determinações Relativas ao Exercício de 2007

Determinação nº 6 *"Apesar de ter sido implementado o procedimento de prestação de contas por parte das entidades carnavalescas, conforme anotado no julgamento do TC 72.002.156.01-16, cabe nova determinação no sentido de que adote procedimentos mais eficazes para as prestações de contas, relativas aos recursos do Carnaval repassados às entidades, de forma que não se permita a inclusão de documentos sem valor fiscal ou que não comprovem efetivamente a realização da despesa."*

9.4. Determinações Relativas ao Exercício de 2008

Determinação nº 7 *"Aprimore os controles relacionados ao sistema de automação do estacionamento implantado, de forma a eliminar as inconsistências constatadas pela Auditoria. Nesse particular, não obstante a realização de licitação com a contratação da empresa Plantech*

Engenharia e Sistemas Ltda., para a implantação do referido sistema automatizado, à época dos fatos, ocorreu a constatação de que não houve integral cumprimento a esta determinação, quando do julgamento do TC 72.002.473.08-45."

9.5. Determinações Relativas ao Exercício de 2009

Determinação nº 1 "*Excluir dos saldos a receber (Clientes – Ativo Circulante) e dos adiantamentos de clientes (Passivo Circulante e Passivo não Circulante) os valores relativos a contratos de realização futura, fazendo constar apenas os saldos dos valores efetivamente a receber e daqueles efetivamente recebidos como adiantamento de clientes, respectivamente;"*

9.6. Determinações Relativas ao Exercício de 2011

Determinação nº 1 *"Adotar medidas de controle de sorte a assegurar a observância dos períodos de descanso semanal e entre jornadas de trabalho de seus empregados, consoante estabelecem os artigos 66 e 67 da Consolidação das Leis do Trabalho."*

9.7. Determinações Relativas ao Exercício de 2012

Determinação nº 1 *"À SPTuris que elabore, no prazo de sessenta dias, um plano de ação para sanar as pendências citadas pelo Conselheiro DOMINGOS DISSEI – Relator, pois, embora as mesmas sejam evidentes, a empresa não apresentou um plano para corrigi-las."*.

9.8. Determinações Relativas ao Exercício de 2013

Foi reiterada a Determinações n° 6 referente ao ano de 2007 e a Determinação nº 7 referente ao ano de 2008, já comentadas.

9.9. Determinações Relativas ao Exercício de 2014 - Cumpre registrar que no Acórdão publicado no DOC de 17.02.2017, constante do TC 72.002.385/15-09, além das 05 (cinco) novas determinações exaradas, referentes ao exercício de 2014, foram reiteradas todas as determinações de exercícios anteriores que ainda não haviam sido atendidas.

9.10. Resumo da Situação Atual das Determinações

Da análise e atualização da situação das determinações dos exercícios de 2005 a 2014, 12 (doze) permanecem não atendidas e 2 (duas) foram consideradas prejudicadas.

MANIFESTAÇÕES DA PROCURADORIA DA FAZENDA MUNICIPAL E SECRETARIA GERAL

Em sua manifestação regimental, a Procuradoria da Fazenda Municipal às fls. 314/332 e posteriormente às fls. 337/338, contrapôs pontualmente os apontamentos dos órgãos técnicos

com os esclarecimentos prestados pela SPTuris, concluindo que as falhas estão sendo objeto de correção, o que constitui prova da lisura e seriedade da conduta da empresa. No mérito, propugnou pelo acolhimento das contas, com as ressalvas e determinações necessárias por esta Corte de Contas.

A Secretaria Geral, baseada nos exames efetuados pela equipe técnica e nos documentos que instruem os autos, conclui que os argumentos apresentados pela Origem não foram suficientes para alterar o entendimento alcançado quanto às infringências e às impropriedades do exercício e às determinações dos exercícios anteriores.

Desta forma, opinou no sentido de que as contas da São Paulo Turismo S.A relativas ao exercício de 2016 reúnem condições de serem aprovadas, ressalvados os atos não apreciados e pendentes de julgamento, sem prejuízo das recomendações ou determinações cabíveis.

É o relatório.

VOTO

A São Paulo Turismo S.A é uma empresa de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo, que detém 97,3% das ações ordinárias.

É regida pela Lei Federal nº 6.404, de 15.12.76, e atende à legislação municipal pertinente às entidades da Administração Indireta. Está sujeita, ainda, às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A empresa tem como objeto social a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A São Paulo Turismo S.A., por meio de sua Diretoria de Turismo, é responsável pela elaboração e execução das políticas públicas de turismo da cidade de São Paulo, conforme determina o Decreto Municipal nº 46.649/05, que regulamentou a Lei nº 11.198/92. Essas políticas são avalizadas pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, composto por representantes dos setores públicos e privado, além da sociedade civil.

Consta nos autos que as demonstrações contábeis foram auditadas pela empresa Berkan Auditores Independentes S.S., a qual emitiu seu parecer atestando que as mesmas apresentavam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPTuris em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), com a ênfase de que alguns itens do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, foram testados e observado que os mesmos podem estar contabilizados com valores inferiores aos de mercado.

Ademais, enfatizou que a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R$ 68,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que, naquela data, o passivo circulante da

Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 16,0 milhões apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Indicando, a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Empresa é formada com 10 (dez) membros eleitos por 2 (dois) anos para o Conselho de Administração e 5 (cinco) membros e respectivos suplentes para o Conselho Fiscal, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

O Conselho Fiscal e de Administração analisaram e aprovaram as demonstrações contábeis referente a 2016, tendo sido aprovada, também, por unanimidade pelos acionistas.

De acordo com o observado nas "Notas Explicativas" das Demonstrações Contábeis, a empresa contava com 3.546 acionistas em 31/12/2016. O Capital Social estava integralizado com a quantidade de 5.178.719 ações (ordinárias e preferenciais).

Ainda, constam das "Notas Explicativas" que, em janeiro de 2015, a Empresa lançou CHAMAMENTO PÚBLICO para receber projetos de empresas interessadas em construir o novo espaço "Arena Indoor" nas dependências do Anhembi. Como caraterísticas, destacam-se o terreno com 21 mil m² localizado no Sambódromo, a capacidade para 20 mil pessoas e a infraestrutura interna para múltiplas configurações de uso com padrão internacional.

As contas da SPTuris relativas ao exercício de 2016 foram apresentadas intempestivamente para julgamento, tendo sido remetidas a esta Corte em 11.08.2017, mais de 07 (sete) meses após o término do exercício financeiro de 2016, contrariando o que dispões o artigo 74 do Regimento Interno deste Tribunal.

Ainda, houve atraso na publicação das Demonstrações Financeiras da SPTuris relativos ao exercício de 2016, tendo sido publicadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo – Empresarial" em 02.08.2017.

Para o exame da prestação de contas da São Paulo Turismo S.A., foram realizadas por esta Corte auditorias programadas sobre a Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoal, Desempenho Operacional, Demonstrações Contábeis e Determinações de Exercícios Anteriores.

Ainda houve a realização de Auditoria Extraplano com o objetivo de averiguar a regular a exploração do estacionamento do Anhembi.

Após o exame das contas, os técnicos emitiram o detalhado Relatório Anual de Fiscalização – RAF/2016, fls. 63/148 do TC nº 72.008.156/17, do qual **DESTACO** as seguintes anotações:

I. GESTÃO FINANCEIRA

De acordo com a Lei Orçamentária Anual - LOA nº 16.334/2015, vigente para o exercício de 2016, o Orçamento de Investimentos fixado para a Companhia foi de R$ 321.000.000,00 e para o Fundo Municipal de Turismo - FUTUR R$ 1.000,00 destinado a Projetos de fomento ao turismo.

Em 2016, os ingressos financeiros na empresa somaram R$ 219,50 milhões, montante 10,0% inferior em relação ao ano de 2015, que foi R$ 243,8 milhões, e originaram-se, em sua maior parte, dos contratos de prestação de serviços mantidos com a PMSP, que representam 65,7% do total de entradas, no montante de R$ 144,2 milhões.

As receitas com o Carnaval 2015/16 e GP Brasil Fórmula 1 geraram entradas no montante de R$ 73,4 milhões, representando 33,5% do total das entradas.

Em relação a 2015, destacam-se a queda nas receitas do Carnaval em R$ - 18,9 milhões (-40,3%) e do Pavilhão R$ - 16,5 milhões (-40,7%).

As entradas oriundas do setor privado foram de R$ 63,2, representando 28,8% do total das entradas. Destes, as receitas com o Pavilhão de Exposições somaram R$ 24,1 milhões, representando 11,0% do total e as receitas com o Estacionamento que somaram R$ 9,3 milhões, representando 4,3% do total.

O ingresso de recursos ficou 23,9% abaixo do estabelecido no Compromisso de Desempenho Institucional em decorrência, principalmente, do não recebimento das transferências federais e da redução das receitas decorrentes de contratos com clientes.

A São Paulo Turismo S.A. possuía, em 31.12.2016, um saldo a receber de aproximadamente R$ 30,3 milhões, sendo R$ 19,9 milhões vencidos até 31.12.2016 e o montante de R$ 10,5 milhões com vencimento até 2018.

Continuavam pendentes de recebimento, em junho/17, créditos junto à Administração Municipal Direta e Indireta, no valor de R$ 2,7 milhões, relativos a serviços prestados nos exercícios de 2010 a 2016.

De acordo com os técnicos os maiores débitos pendentes de clientes externos decorrem, principalmente, de processos de cancelamento de eventos futuros e de outros débitos que são objeto de cobrança judicial. Tais valores, que somavam R$ 11,1 milhões estão passando por processo de revisão para apropriação da real situação de cada pendência.

As saídas de recursos durante o exercício de 2016 totalizaram R$ 261,6 milhões, gerando resultado negativo de R$ 68,4 milhões. Embora tenha havido redução de 5,5% em relação a 2015, as saídas de 2016 ficaram 7,7% acima das entradas, cujo montante foi de R$ 219,5 milhões.

As “saídas diversas”, que contemplam Carnaval, GP Brasil Fórmula 1, eventos diversos PMSP, fornecedores SPTuris e outras, totalizaram um montante de R$ 138,0 milhões, representando 58,4% do total.

As despesas com pessoal atingiram o valor de R$ 73,2 milhões e correspondem a 31,0% do total, representando aumento de 0,8% em relação ao exercício anterior.

Em relação ao ano de 2015, destacam-se a queda de 99,0% nos investimentos, a queda de 29,9% nos gastos com o Carnaval e o aumento de 28,2% nos gastos com o GP de Fórmula I.

O saldo do fluxo de caixa ao final de 2016 foi de R$ 14,1 milhões,47 e resultou na diminuição líquida de caixa no valor de R$16.952.434,98.

II. GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial da São Paulo Turismo, em 31.12.2016, apresentou um ATIVO TOTAL de R$ 266,6 milhões composto pelas disponibilidades financeiras no valor de R$ 14,2 milhões, pelos valores do Imobilizado (Imóveis, Móveis e Utensílios, Veículos e Equipamentos) no valor de R$ 234,9 milhões, Depósitos e Contas a receber de Clientes no valor de R$ 10,6 milhões e, ainda os Intangíveis (Marcas e Patentes) no valor de R$ 1,8 milhão.

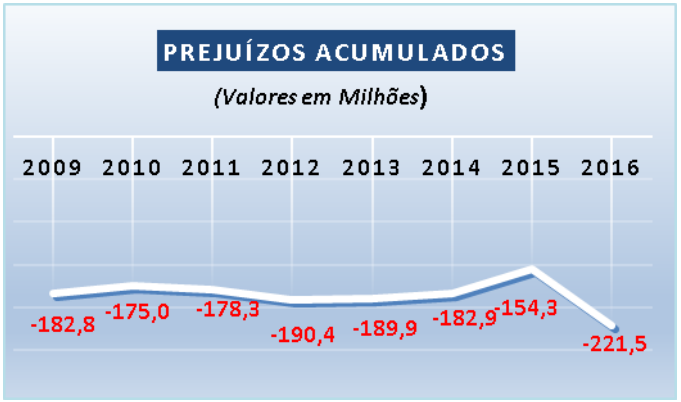
Nos testes realizados com a finalidade de detectar possíveis supervalorizações de saldos nas contas "Caixa e Equivalentes de Caixa", foram constatadas distorções relevantes e em "Contas a Receber de Clientes", também, que há distorções, devido ao não reconhecimento de perda no valor recuperável, provenientes de créditos constituídos a mais de cinco anos, cuja cobrança em juízo já prescreveu.

Os investimentos realizados no imobilizado representaram 187,28% quando comparado ao exercício de 2015, ainda assim os recursos aplicados não causaram impacto financeiro que mudasse a situação desfavorável que a empresa se encontra.

O Grupo do PASSIVO da São Paulo Turismo S.A., mantinha registrados os Fornecedores a pagar no total de R$ 9,6 milhões, as Obrigações Trabalhistas e Tributárias no valor de R$ 12,1 milhões e os Adiantamentos de Clientes (Contratos a Realizar) no montante de R$ 16,3 milhões.

No exercício de 2016, a empresa obteve uma significativa redução no Patrimônio Líquido, que resultou no saldo de R$ 54,0 milhões, inferior ao último exercício que apresentada saldo de R$ 11601 milhões. Essa variação foi provocada em virtude do prejuízo apurado do exercício de R$ -68,4 milhões e só não foi maior devido o aporte a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R$ 6,1 milhões.

Até 31/12/2016, os Prejuízos Acumulados da Empresa somavam R$ -221,4 milhões, conforme se observa nos exercícios anteriores, quadros abaixo:



Fonte: Balanço Patrimonial e *Demonstrativo do Resultado do Exercício - Anexo IV*
Nota: *Lucros/Prejuízos do Exercício = (Receita Operacional Líquida - Despesa Operacional Líquida)*

A situação financeira da SPTuris, como reforçam os indicadores econômicos, vem se degradando ao longo dos últimos exercícios, é o que mostra o gráfico a seguir, onde se observa os últimos resultados financeiros, a evolução do endividamento (passivo) e do patrimônio líquido da empresa.

Fonte: Demonstrações Contábeis SPTuris - Publicadas

As razões que explicam a precariedade da atual situação financeira da SPTuris constam do Relatório de Gestão Administrativa e Econômica-Financeira emitido no âmbito da empresa, dentre os fatores destacam-se: os cancelamentos de eventos privados entre 2013 e 2016, o que provocou um impacto negativo de caixa de R$ 171,3 milhões; os custos com a Administração do autódromo de Interlagos que foram superiores às receitas geradas pela exploração de equipamento; o atraso no recebimento dos débitos das Secretarias Municipais; e orçamentos inconsistentes em grandes eventos da Prefeitura, com taxas de administração abaixo do

percentual estabelecido.

Com base no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers, empresa contratada para revisão dos demonstrativos contábeis da empresa, observa-se que as atividades privadas (locação de espaços) são de baixo custo e altamente lucrativas, enquanto que as atividades públicas (prestação de serviços à PMSP) têm custos elevados e reduzida capacidade de geração de lucros.

Ademais, as atividades administrativas apresentam expressivo resultado negativo, indicando o peso financeiro da máquina administrativa da empresa, notadamente com remunerações, encargos e benefícios.

I. ESTACIONAMENTO DO ANHEMBI

O Anhembi possui uma capacidade estimada de 5.040 vagas para veículos e 660 vagas para motos, e mantém quatro tipos de controle de acesso aos estacionamentos.

Quanto aos controles de arrecadação referentes à receita de estacionamento da São Paulo Turismo S.A. – SPTuris, a Auditoria consignou que no Sistema RMZnet, utilizado no período do Carnaval, há fragilidade nos controles de arrecadação, podendo proporcionar evasão de receitas; o controle do acesso do Sistema SAI é efetuado por pessoas, tornando o procedimento suscetível a falhas.

II. QUADRO DE PESSOAL

Em 2016, a Empresa contava com 520 empregados. Em relação ao exercício anterior, houve uma redução total de 83 (oitenta e três) pessoas no quadro de pessoal da empresa; a categoria que sofreu o maior enxugamento foi o de empregados efetivos (CR), com uma redução líquida de 73 funcionários.

Ressalta a auditoria que a empresa implantou um Plano de Demissão Voluntária (PDV) em 2016, o que contribuiu para a redução do número de empregados efetivos (CR).

No tocante a aspectos relacionados à jornada de trabalho, foram constatadas, violações ao Art. 59 (Prorrogação máxima diária da jornada de trabalho - 2 horas), Art. 66 (Intervalo mínimo de 11 horas de descanso) e Art. 67 (Descanso semanal obrigatório), todos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

III. DESEMPENHO OPERACIONAL

A SPTuris executa atividades privadas, referentes à locação de espaços (Complexo Anhembi e Autódromo de Interlagos), e públicas, relacionadas à prestação de serviços para a PMSP.

Em 2016, a receita bruta da SPTuris somou R$ 209,6 milhões, tendo como principais fontes: as Locações (Pavilhão, Palácio das Convenções, Auditório, outros) com 31%; os Serviços (Estacionamento, Eventos) com 66%; e as concessões (Autódromo) com 3% do total arrecadado.

Em 2016, os resultados obtidos denotam que a empresa obteve lucro de R$ 46,2 milhões nas Atividades Privadas da empresa, representando 65,8% da Receita Operacional Líquida e que as Atividades Públicas da SPTuris têm custos muito elevados e diminuta capacidade de geração de lucros.

Do total das despesas operacionais do exercício de 2016 de R$ 158,7 milhões, os gastos com pessoal têm participação relevante (46,97%) na composição das despesas da SPTuris e totalizaram R$ 74,5 milhões.

No tocante à satisfação dos clientes, a nota média obtida na avaliação geral dos eventos ocorridos em 2016 foi 4,81 pontos, em uma escala de 1 a 6 pontos. A Auditoria observa, contudo, que não há evidências de que os resultados dessas pesquisas influenciem as tomadas de decisão direcionadas ao planejamento estratégico da SPTuris.

Os principais contratos referem-se à realização da Formula 1 e do Carnaval; existem, ainda, contratos genéricos para realização de eventos diversos. Durante o exercício, a SPTuris atuou no planejamento, organização e produção de 1.814 eventos.

Segundo a auditoria restou evidenciada a necessidade de que a SPTuris adote procedimentos que tratem desse tipo de contratação, abarcando critérios de escolha, justificativa de preço, atribuições e responsabilidades do fiscal do contrato e prestação de contas.

VI. FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – Futur

O Fundo Municipal de Turismo – Futur foi criado pela Lei Municipal nº 11.198/92, art. 7º, e tem como objetivo captar e repassar recursos para o Plano Turístico Municipal – Platum.

De acordo com o Decreto Municipal 46.649/05, o Conselho Municipal de Turismo COMTUR, vinculado ao Gabinete do Prefeito, é o órgão de caráter deliberativo, consultivo e de assessoramento do Platum.

A remuneração da empresa é vinculada a um percentual de 5% das atividades desenvolvidas.

Em 2016, A Lei Orçamentário Anual fixou para o programa de trabalho do FUTUR o orçamento inicial de R$ 1.000,00.

O valor total gasto com bens e serviços do FUTUR, foi de R$ 16.389,77 ficando disponível para 2017 o montante de R$ 568.373,60.

Apesar de ter sido realizada a prestação de contas, não foi apresentada a análise da efetividade dos gastos e o retorno gerado para o Turismo do Município de São Paulo.

Em face de todo o exposto, consubstanciado nas manifestações favoráveis da Procuradoria da Fazenda Municipal às fls. 314/332 e posteriormente às fls. 337/338, e da Secretaria Geral às fls.339/347, no sentido de que as infringências apontadas são de ordem acessória, dizendo respeito ao descumprimento de formalidades e não à essência dos atos que são objeto da prestação de contas, JULGO REGULARES as contas da São Paulo Turismo S.A. relativas ao exercício de 2016, ressalvados os atos não apreciados e/ou pendentes de julgamento que serão objeto de determinações neste voto.

ACOLHO as INFRINGÊNCIAS apontadas pela Auditoria relacionadas no item nº 8.1 e as propostas de DETERMINAÇÕES identificadas no item 8.2 do RAF/2016 (fl. 136/138).

Ademais, REITERO as DETERMINAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES que se encontram pendentes de atendimento, relacionadas no item nº 9 do Relatório Anual de Fiscalização – RAF/2016, às fls.138/148.

Por fim, ALERTO a necessidade de que sejam adotados, por parte da SPTuris, procedimentos e controles que permitam a elaboração de demonstrativos que representem adequadamente a posição financeira e patrimonial da entidade, conferindo confiabilidade às informações neles apresentadas.

Encaminhe-se cópia deste julgado ao Diretor-Presidente da empresa, à época e atual; ao Titular da Pasta da Secretaria Municipal de Turismo; ao Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta da Prefeitura Municipal de São Paulo; e ao Controlador Geral do Município, para ciência em relação ao julgado e às determinações exaradas.

É o meu voto.

DOMINGOS DISSEI
Conselheiro – TCMSP

MCM

Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

II – DECLARAÇÃO DE VOTO DO CONSELHEIRO ROBERTO BRAGUIM

A São Paulo Turismo – SPTuris promoveu intempestivamente a remessa das Contas do exercício de 2016 a esta Corte, 11.08.2017, contrariando o artigo 74 do Regimento Interno deste Tribunal

Os exames constataram, ainda, a publicação extemporânea das Demonstrações Contábeis, desobedecendo ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 480/09, e a apreciação e deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, fora do período regulamentar, acerca do conteúdo dos demonstrativos, em infringência ao artigo 132, inciso I, da Lei Federal n° 6.404/76[3].

Foram identificadas distorções na conta "Caixa e equivalente de Caixa" e na "Contas a Receber", com reconhecimento de créditos já prescritos; classificação contábil inadequada de despesas/custos; fragilidade no controle de arrecadação do estacionamento; e descumprimento de Leis Trabalhistas.

Ficou evidenciada, também, a necessidade de aprimoramento nos procedimentos de controle no sistema de pagamentos, expurgando as ocorrências da quebra de ordem cronológica e de adoção de medidas objetivando imprimir agilidade no recebimento de créditos já vencidos, relativos a serviços prestados, grande parte de originário de sua controladora PMSP.

Nessa senda, conclui-se que os Demonstrativos Contábeis não refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial de empresa, demandando a adoção de procedimentos que permitam a sua correta representação.

Em face do todo o exposto, consubstanciado nas manifestações da **Secretaria Geral** às fls.339/347, **JULGO EXCEPCIONALMENTE REGULARES** as Contas da São Paulo Turismo S.A. relativas ao exercício de 2016**,** ressalvados os atos não apreciados e/ou pendentes de julgamento.

---

[3] Art. 132. Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver 1 (uma) assembleia-geral para:
I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

ACOLHO as INFRINGÊNCIAS e propostas de DETERMINAÇÕES relacionadas nos itens nº 8.1 e 8.2 do RAF/2016 (fl. 136/138).

REITERO as DETERMINAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, relacionadas no item nº 9 do RAF/2016, que se encontram pendentes de atendimento, à exceção das identificadas no exercício de 2009, 2011 e 2014, por terem sido consideradas superadas ou prejudicadas na análise das Contas da empresa dos exercícios de 2017 e 2018, e-TCM 4104/2018 e e-TCM 9099/2019.

Acompanho o **ALERTA** apresentado no Voto do Relator.

TCM, 23 de março de 2022.

ROBERTO BRAGUIM
Conselheiro Corregedor

ERR/RB